

UMA ‘COLÔNIA ALEMÃ’ NO SUL DO BRASIL E A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO (1937-1945)

Melissa Probst

Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná

Caique Fernando da Silva Fistarol

Mestrado em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau

Marta Helena Curio de Caetano

Mestrado em Teoria Literária pelo Centro Universitário Campos de Andrade

Sandra Pottmeier

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Este estudo, cunhado por uma revisão bibliográfica da historiografia da nacionalização, objetivou analisar elementos relacionados às questões de identidade e identificação cultural a partir da penetração das ações do nacionalismo nas instituições de manutenção da cultura e identidade alemã em Blumenau (SC). Os resultados apontam que a Campanha de Nacionalização, iniciada com o Estado Novo, procurava formar uma unidade nacional harmônica e pretendida atingir a população de imigrantes e seus descendentes que viviam no Brasil, utilizando-se da obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e proibição da língua alemã nas escolas. Logo, crianças descendentes de alemães passaram a se considerar brasileiras, embora muitas ainda falassem também o idioma alemão, principalmente, em seus lares, uma vez que os imigrantes procuravam manter o idioma em detrimento ao elemento nacional. Considera-se assim, que a cultura trazida pelos imigrantes permaneceu viva, apesar das práticas de silenciamento e da violência simbólica e física desses projetos nacionalizantes.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalização. Educação. Cultura.

A ‘GERMAN COLONY’ IN THE SOUTH OF BRAZIL AND THE NATIONALIZATION POLICY (1937-1945)

ABSTRACT: This study, coined by a bibliographical review of the historiography of nationalization, aimed to analyze elements related to the issues of identity and cultural identification from the penetration of the actions of nationalism in the institutions of maintenance of German culture and identity in Blumenau (SC). The results indicate that the Nationalization Campaign, initiated with the Estado Novo, sought to form a harmonious national unity and intended to reach the population of immigrants and their descendants who lived in Brazil, using the compulsory teaching of the Portuguese language and prohibition of the language school. Soon, children descendants of Germans came to consider themselves Brazilian, although many still spoke the German language, mainly in their homes, since the immigrants tried to maintain the language to the detriment of the national element. It is thus considered that the culture brought by the immigrants remained alive, despite the practices of silencing and the symbolic and physical violence of these nationalizing projects.

KEYWORDS: Nationalization. Education. Culture.

INTRODUÇÃO

O presente texto discorre sobre o processo de nacionalização implementado por Getúlio Vargas entre os anos de 1930-1945 e quais foram as suas implicações para a população que vivia à época em Blumenau (SC). Isso, pois na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, nos anos que antecederam a década de 1930, existia um discurso muito forte em torno da superioridade étnica alemã, do mesmo modo que havia uma intensa atividade sociocultural que valorizava elementos étnicos alemães, em toda a região, especialmente no município de Blumenau (colônia alemã fundada no ano de 1850).

Entre as intuições de valorização étnica e manutenção cultural, é possível citar as sociedades de caça e tiro (*Schützenverein*), sociedades de canto (*Gesangverein*), sociedades teatrais (em especial o *Theater Frohsin*), orquestras e bandas musicais. Além disso, circulavam na sociedade alguns jornais, almanaques, revistas e livros, todos impressos em língua alemã, bem como a adoção da língua alemã como primeira língua tanto no cotidiano das pessoas, como nas igrejas (especialmente as luteranas) e escolas.

Partindo do fato de que a campanha de nacionalização foi uma das marcas do projeto de governo na era Vargas, sobremaneira entre os anos de 1937 e 1945, período também conhecido como Estado Novo, o presente estudo objetivou analisar os elementos relacionados às questões de identidade e identificação cultural a partir da penetração das ações do nacionalismo nas instituições de manutenção da cultura e identidade alemã em Blumenau (SC). No contexto que envolvia as comunidades de imigrantes e suas instituições culturais, destacamos a língua como aspecto da análise.

Metodologicamente caracterizado como revisão de literatura, o presente texto encontra ancoragem nos escritos de Seyferth (1974; 1994; 1997; 1999; 2003; 2011), Frotscher (2007), Oliveira (1976; 2001), entre outros, porém não menos importantes. Assim, estruturalmente, o presente texto trata de questões de contextualização, abordando elementos históricos de constituição do *Deutschtum* (identidade étnica alemã), das ações de perseguição à diversidade cultural como reflexo da imigração e colonização do território brasileiro durante o Estado Novo, da função da educação escolar nacional como elemento estratégico para difundir os ideais do nacionalismo, bem como dos confrontos entre identidades ‘alemã’ e ‘brasileira’ (teuto-brasileira e brasileira) como elementos de identificação e pertencimento a um grupo/nação.

BLUMENAU: COLÔNIA ‘ALEMÃ’ NO SUL DO BRASIL

A ‘germanidade’ existente ainda atualmente na região do Vale do Itajaí, mais especificamente em Blumenau (SC), é resultante da elaboração histórica e cultural tipicamente local, associada à imigração alemã, ocorrida no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Fundada no ano de 1850, por Hermann Bruno Otto Blumenau, como colônia privada, Blumenau recebeu o nome de seu fundador, e teve como ponto de partida histórica e cultural a instalação de 17 imigrantes oriundos da região de Braunschweig, na Alemanha (WIEDERKEHR, 2014). Esse número inicialmente reduzido de imigrantes, entretanto, foi aumentando consideravelmente com o passar do tempo.

Conforme destaca Seyferth (1974), no caso da imigração alemã, o mais importante não é a quantidade de pessoas instaladas nas colônias, mas o fato de que estes colonos foram direcionados e concentrados em áreas que em geral os mantinham afastados do contato com os elementos sociais e culturais dos luso-brasileiros. A autora ressalta que “[...] o isolamento étnico dos alemães não decorreu de opção deliberada destes imigrantes, mas sim da própria política de colonização [...], que permitiu a formação de colônias homogêneas e chegou até a incentivá-las” (SEYFERTH, 2003, p. 28). Igualmente, foram formados no sul do Brasil núcleos coloniais basicamente caracterizados pela homogeneidade étnica, o que propiciou a manutenção dos hábitos e costumes da pátria de origem dos imigrantes. Assim, diante das dificuldades iniciais em relação ao estabelecimento da colônia e instalação dos colonos no território, o que os fortalecia era o sentimento de pertencimento à uma comunidade, tornando coesos os seus interesses coletivos.

Segundo Oliveira (1976) essa representação coletiva surge como atualização do processo de identificação, e, por isso, envolve também a noção de grupo, sem descartar as particularidades da identidade individual. Assim sendo, essa interação coletiva afirma suas identidades por meio de um sistema de referências étnicas e culturais, corroborando para o estabelecimento do sentimento de pertencimento ao grupo. Essa realidade permitiu o estabelecimento do *Deutschtum* (germanidade) como sentimento de pertencimento a uma comunidade ‘alemã’ no Brasil.

Associado ao relativo isolamento das colônias ‘alemãs’ estava também a falta de interferência do Estado, que passa a responsabilidade do custeio do empreendimento de

colonização para as províncias ou para as companhias privadas de imigração. Sem apoio do Estado ou da Província, os próprios colonos tiveram de se organizar para subsidiar financeiramente a vida nas colônias. Neste sentido, surgiram, conforme ressalta Seyferth (2003), as escolas étnicas; as associações beneficentes, assistenciais e religiosas; bem como as associações culturais e recreativas e da imprensa em língua alemã.

Pessoas influentes e formadoras de opinião que participavam destas instituições e tinham como objetivo legitimar a identidade germânica da colônia, realçando suas características culturais bem como a imagem de ‘povo trabalhador’, em detrimento, principalmente, das demais populações. Essas características que demarcam a diferença entre ‘eu e o ‘outro’ é um dos elementos de consolidação do sentimento de identidade étnica:

[...] quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do *nós* diante dos *outros*, jamais se afirmando isoladamente (OLIVEIRA, 1976, p. 36, grifo no original).

Corroborando com essa ideia, Woodward (2012, p. 82) assinala que “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora [...]”. Nesse contexto, o da demarcação da identidade étnica, desde a instalação dos primeiros imigrantes e num processo de ampliação constante, foram instaladas, em Blumenau diversas instituições ‘étnicas’, tais como escolas, igrejas, os teatros, escolas de canto e grupos de canto coral, clubes de caça e tiro e culturais, todas com suas atividades ligadas à manutenção e preservação do *Deutschtum*, mesmo após Blumenau passar da condição de ‘colônia’ para município¹. Como destaca Elias (1994), essas instituições possuem a responsabilidade de assegurar que as diferentes pessoas do grupo social adquiram as mesmas características, ou seja, que possuam o mesmo *habitus* nacional. Para tanto, a língua em comum é um fator importante e imediato.

O uso da língua alemã como primeira língua foi, em Blumenau, fator de identificação, mas também um modo de transmissão dos valores e de diferenciação do grupo em relação à sociedade brasileira, reforçando o sentimento de identificação com a Alemanha (*Deutschtum*),

¹ A Lei nº 860, de 4 de fevereiro de 1880, elevou a colônia à categoria de município, embora a instalação “oficial” de Blumenau enquanto município ocorreu apenas no ano de 1883. Disponível em: <<http://www.camarablu.sc.gov.br/historia/>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

como “pátria de origem”. Segundo Renk e Cruz (2014) a língua, um elemento fundamental para a manutenção da identidade étnica, e por isso, era aprendida em casa, falada e cantada na igreja, na escola, no teatro, na comunidade, lida nos jornais, almanaques e livros.

[...] a relação dos alemães com a língua envolveu vínculos muito expressivos, que passaram por laços afetivos, sociais, políticos e filosóficos. A vivência sociopolítica dos alemães, sua cultura e tradição filosófica, parecem ter, desde o século XVIII, reafirmado um sentimento muito forte, tanto no plano social como no individual, dos alemães com a língua (CAMPOS, 2006, p. 31).

A língua, portanto, funcionava como fator aglutinador do grupo, na medida em que associava, no pensamento e no imaginário alemães, a noção de linguagem à noção de pátria, o que a tornou um dos primeiros alvos da campanha de nacionalização de Vargas.

A CULTURA PERSEGUIDA

No que tange à legislação, Oliveira (2001) destaca que somente após a Proclamação da República (em 1889) é que os estrangeiros residentes no Brasil por mais de 2 anos fossem considerados “brasileiros”. Até então, todos mantinham sua condição social como “estrangeiros”. Nessa mesma direção, a Constituição de 1891 passou a garantir a nacionalização automática de estrangeiros que vivessem no Brasil, colocando a colonização e a imigração de novo sob a tutela do Estado (OLIVEIRA, 2001).

Esse reconhecimento legal dos estrangeiros como “brasileiros”, entretanto, não mudou a sua organização enquanto grupo étnico e cultural em decorrência das políticas de imigração. Os grupos étnicos permaneceram mantendo seus padrões culturais, hábitos, tradições, língua, literatura, arte, lazer, economia, instituições, entre outros aspectos sociais e culturais de gestão da vida cotidiana:

As diferenças culturais e sociais produzidas ao longo do processo histórico de imigração ficaram mais evidentes nas colônias do Sul, onde o elemento nacional era pouco representativo, mesmo na década de 30, situação derivada do processo de ocupação controlado pelo Estado que privilegiou o imigrante (SEYFERTH, 1999, p. 202).

Os conflitos, gerados pela questão dessa possível “dupla identidade” (teuto-brasileiro) eram inicialmente menores, e o fato estava relacionado ao fato de que o conteúdo veiculado pela imprensa em língua alemã era ainda pouco conhecido fora das colônias. Com o passar do

tempo, entretanto, a expressividade política dos “colonos” fazia emergir especulações em torno do chamado “perigo alemão”.

Na medida em que a Alemanha unificada entrou na disputa imperialista, em fins do século XIX, a sobreposição de interesses econômicos e etnicidade ajudou a dar respaldo ao discurso nacionalista antigermânico [...]. Falava-se em “perigo alemão” que alardeava o risco de perder o sul do país [...] (SEYFERTH, 2011, p. 56-57).

Destaca-se que o “perigo alemão” diz respeito à organização da chamada Liga Pangermânica, ou seja, de um grupo com interesses intelectuais e políticos que defendia o expansionismo alemão. O pangermanismo, para além de difundir as ideias do nacionalismo por herança de sangue (defendendo a ideologia de “superioridade do sangue alemão”), tinha também conotação política, associada a um possível interesse da Alemanha nas regiões brasileiras de colonização germânica.

Na década de 1930, o panorama local conta com a presença de atividades de nazistas e o crescimento do movimento Integralista na região, conforme lembra Frotscher (2007). Quando Getúlio Vargas assume o poder, ainda na condição de “governo provisório”, se depara, portanto, com uma realidade cultural, política e econômica muito diversificada, para além das especulações em torno do “perigo alemão” e da organização das ligas pangermânicas no Vale do Itajaí.

Essa diversidade cultural, tanto quanto as questões da ordem pangermânica, passaram a ser vistas como “problema a ser solucionado”, principalmente quando começaram a circular notícias relacionadas à Guerra, que estava prestes a eclodir na Alemanha. Nesse contexto, “[...] compreendeu-se que o Brasil precisava, com urgência, constituir-se como Nação e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 7), destacando que a proposta de formação da “nação” passava pela ideologia de ‘nacionalização’, de unir todo o povo em torno de uma mesma identidade.

Já em 1930, com o então novo presidente Getúlio Vargas assume o poder, “inicia-se o controle da esfera pública política, a partir de intervenções nos estados e municípios” (FROTSCHER, 2007, p. 160), fazendo com que, desta maneira, muitas das oligarquias reinantes nos estados brasileiros tivessem seu poder anulado diante da população que as elegia. No caso específico de Santa Catarina, o Partido Republicano Catarinense (PRC), representado principalmente pela família Konder da cidade de Itajaí a qual, por sua vez, representava a elite política e empresarial do Vale do Itajaí – diga-se, do município de Blumenau que compreendia

os atuais municípios de Indaial, Timbó, Pomerode, Hamônia (Ibirama), Bela Aliança (Rio do Sul) -, sendo que após longo período a frente do estado catarinense, perde sua força.

Com base no que aponta Frotscher (2007), é possível perceber que os governantes que agora nos cargos por intervenção do governo federal não estavam ali por conta das elites que os elegiam, mas sim pela centralização do poder no governo Vargas, que reduziu a autonomia aos estados. Sobre isso, Luna (2000, p. 32) afirma que

Nas eleições presidenciais de 1930, o teuto-brasileiro Adolfo Konder, então governador, apoiou o candidato oficial Júlio Prestes. A campanha pró-Vargas no Estado era desenvolvida por Nereu Ramos, membro de importante família luso-brasileira do planalto catarinense.

Assim sendo, após Getúlio Vargas assumir o governo, Nereu Ramos, no estado de Santa Catarina passa a administrar as medidas de nacionalização varguistas, interferindo diretamente no âmbito do ensino, e lança mão de diversas medidas de retaliação contra municípios de liderança teuto-brasileira. Em meio à tal situação, o município de Blumenau passou a pagar impostos mais altos, sob a ‘justificativa’ de ser um ‘município industrializado’ (LUNA, 2000).

Dando continuidade à efetivação das políticas públicas, especificamente, em 10 de novembro de 1937 é instituído o Estado Novo (conhecido como Golpe de 1937), a partir do qual o seu projeto de ‘nacionalização’ se efetiva como possibilidade de formação de uma nacionalidade e identidade ‘brasileiras’ em detrimento da diversidade cultural então existente. Conforme destaca Kreutz (2010), nesse momento a nacionalização deixou de ser progressiva para se tornar ‘compulsória’.

Deste modo, durante o Estado Novo, sob leis severas, particularmente, nos estados do Sul do país, onde estavam localizados os grandes grupos étnicos alemães, italianos, poloneses, entre outros, grande parte das instituições ligadas à manutenção e valorização da cultura estrangeira foi fechada ou forçada à reorganização de suas atividades de modo a valorizar apenas o ‘nacional’. Essa Campanha de Nacionalização visava

[...] ao caldeamento de todos os alienígenas em nome da unidade nacional. A categoria “alienígena” — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. A campanha foi concebida como “guerra” para erradicação de idéias alienígenas (SEYFERTH, 1997, p. 95).

Entre as proposições da Campanha de Nacionalização estiveram, portanto, a proibição

do idioma alemão, o fechamento das associações ligadas à cultura germânica, a interdição das escolas instaladas e mantidas pelos imigrantes/descendentes, perseguição às manifestações artísticas, culturais, sociais e individuais que fossem, de algum modo incompatíveis com os princípios da ‘brasilidade’.

O Exército teve papel preponderante na concepção e efetivação prática da campanha, pressupondo que os núcleos de “colonização estrangeira” constituíam “quistos” no corpo da nação. Na visão militar, uma anomalia desse tipo só podia ser eliminada através da ação cívica de todos os patriotas que pretendiam viver num Brasil uno, independente e forte (SEYFERTH, 1997, p. 95).

Essas normatizações provocaram um grande desconforto nas comunidades nas quais pouco ou mal se falava a língua nacional, em grande medida porque para além do uso no cotidiano, as escolas (em grande medida comunitárias ou particulares, que supriam a lacuna na existência de escolas públicas) ensinavam na língua estrangeira (FÁVERI, 2004). Com o fechamento das escolas que ensinavam em língua estrangeira, no Vale do Itajaí, o Governo do Estado de Santa Catarina passou a investir na construção de novas escolas através de “[...] um projeto mais amplo que tinha como alvo promover a unificação do uso da língua e dos costumes” (CAMPOS, 2008, p. 183), favorecendo desta forma para que as novas gerações aprendessem a língua portuguesa e tivessem um contato maior com a cultura brasileira.

Também a radiodifusão foi diretamente afetada. Como exemplo é possível citar a PRC-4 Rádio Clube de Blumenau, que iniciou suas atividades em Blumenau no ano de 1935, com programação voltada para a veiculação cultural, além de informacional. É interessante lembrar que as emissoras de rádio também “eram instrumentos da propaganda nazista e fascista, como também o era para Vargas na divulgação do regime” (FÁVERI, 2004, p. 352), assim como os jornais e os cinemas. Ainda de acordo com Fáveri (2004), a Rádio Clube de Blumenau teve nesse período os seus bens incorporados à prefeitura. Destaca-se que o rádio entre outros dispositivos foi compreendido como dispositivo capaz de difundir os ideais culturais da brasilidade. Em sendo assim,

O rádio e a música popular eram, dessa forma, instrumentos valiosos na estratégia política estado-novista. No caso do rádio, uma iniciativa merece atenção especial. Desde 1934, Vargas criara um programa oficial — inicialmente a “Voz do Brasil” e, em seguida, “Hora do Brasil” —, no qual se transmitia uma programação centrada nas “realizações políticas” de seu governo (GOMES, 1999, p. 64).

Nesse contexto, não apenas as rádios, mas toda a imprensa sofreu reprimendas. Dois

anos após o início da Campanha de Nacionalização no Vale do Itajaí, chega a Blumenau, em abril de 1939, o 32º Batalhão de Caçadores. A instalação de uma base do Exército em Blumenau era a de apoiar na nacionalização do povo local, mas também, conforme Frotscher (2007), combater o “perigo alemão”, ou então o “inimigo interno”.

A partir de 1939, a intervenção direta recrudescceu e a exigência de “abrasileiramento” através da assimilação e caldeamento tornou-se impositiva — criando entraves para toda a organização comunitária étnica de diversos grupos imigrados. Assim, progressivamente, desapareceram as publicações em língua estrangeira, principalmente a imprensa étnica [...] (SEYFERTH, 1997, p. 97).

Entretanto, a identidade nacional brasileira somente seria uma possibilidade se de fato fossem “[...] vencidos, erradicados, se fossem atacados os grandes baluartes antinacionais dos alienígenas: a escola, o lar e a Igreja” (SEYFERTH, 1997, p. 103). Nesse sentido, ressalta-se que

escola, lar, Igreja e associações recreativas/culturais aparecem como instituições fundamentais para a manutenção das identidades étnicas, já que sua ação permite a continuidade do aprendizado da língua e dos costumes “de origem”. Isto é, na construção das identidades étnicas”, a língua, a cultura e a origem (que supõe laços de sangue com uma nação específica) aparecem como símbolos de pertencimento [...] básicos dos sentimentos étnicos e nacionais (SEYFERTH, 1997, p. 103).

A proibição da língua alemã dentre outras línguas faladas à época (polonês, italiano) foi um fato avassalador e trágico para esses grupos, uma vez que falar em público, na escola ou em casa lhes passou a ser negado.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO

As instituições escolares foram de grande importância na organização social e cultural entre os imigrantes. Conforme Kreutz (2010), em 1930 existiam em torno de 2.500 escolas étnicas instaladas no Brasil, com diferentes configurações: escolas urbanas, rurais, escolas primárias e instituições que ofertavam ensino secundário e de aperfeiçoamento ou profissionalizantes. Entre essas, 1.579 eram escolas organizadas e mantidas por imigrantes alemães.

Se inicialmente a escola criada pelos imigrantes alemães tinha como objetivo suprir a lacuna da falta de instituições educacionais públicas nas colônias, com o passar do tempo, foi uma das instituições que, em grande medida, contribuiu para a preservação dos hábitos e

costumes, bem como do idioma alemão (PROBST, 2016). Essas escolas faziam alusão diária aos hábitos e costumes alemães, e, para além das aulas ministradas em língua alemã promoviam também atividades culturais (canto, teatro, música) como forma de promoção do *Deutschum*. Conforme destaca Koch (2003, p. 200), essa manutenção da identidade étnica somente se cristaliza “[...] sob a forma de textos, imagens e ritos, e sobrevive apenas quando devidamente cultivada e institucionalizada, por exemplo, pela criação de um cerimonial das situações de sua transferência e pela formação de especialistas [...], como os professores, por exemplo.

Na medida em que essas escolas étnicas alemãs foram tendo espaço de afirmação das características culturais dos grupos que as organizaram, retratando, nas práticas educativas, as dimensões étnicas culturais do próprio grupo, e principalmente, colaborando para perpetuar o uso cotidiano da língua alemã como primeira língua, elas se tornam alvo da campanha de nacionalização, que solicitaram seu fechamento ou uma reformulação completa de suas propostas de atuação. Aliás, não apenas as escolas foram fechadas ou impedidas de funcionar até que se tornassem ‘adequadas’ em relação às exigências postas, visto que a nacionalização atingiu toda a sociedade, mas foi mais intensa sobre as instituições que valorizavam elementos da cultura étnica, tais como igrejas (luteranas, em sua maioria, por manter os cultos e rituais em língua alemã), sociedades teatrais, de canto e de atiradores, entre outras. Aos que não obedeciam eram impostas severas punições.

Conforme destaca Kreutz (2010), na fase repressiva, expressando forte acirramento de ânimos, a campanha de nacionalização promoveu a prisão de professores, a vistoria de material escolar das crianças no caminho da escola, bem como a destruição de obras e documentos históricos. A campanha de nacionalização que atingiu as escolas buscava a uma universalização do conceito de povo e de nação ‘brasileira’.

Assim sendo, em Santa Catarina, onde as escolas étnicas estavam bastante solidificadas, o patriotismo deveria ser evidenciado nos currículos, basicamente pela obrigatoriedade da inserção de disciplinas como Língua Nacional, História do Brasil, Geografia do Brasil e Educação Moral e Cívica. Mas não apenas o currículo deveria ser alterado, passando pela contratação de professores que tivesse domínio da língua portuguesa (oral e escrita), bem como pela adoção de material didático produzido no Brasil, que evidenciasse as características e símbolos culturais brasileiros.

No que tange às políticas educacionais, destaca-se a centralização do controle estatal sobre as escolas, bem como a universalização das diretrizes educacionais, sobretudo pelas

reformas executadas sob a responsabilidade de Gustavo Capanema ao longo do governo Vargas.

Capanema refinaria essa idéia de uma missão global do ministério ao longo de sua permanência à frente do órgão, de 26 de julho de 1934 a 29 de outubro de 1945, durante grande parte do primeiro governo Vargas. Em outubro de 1935, inclusive, numa exposição de motivos enviada ao presidente, chega a propor que o Ministério da Educação passasse a denominar-se Ministério de Cultura Nacional, justificando que tal denominação estaria mais adequada aos empreendimentos culturais de formação do corpo, do espírito e da alma dos brasileiros (WILLIAMS, 2000, p. 251).

A escola é, nesse contexto, um espaço privilegiado, pois é um dos principais locais de contato da criança/jovem com elementos culturais. A prática educativa, muito mais que a mera transmissão de conhecimentos, objetiva a formação do caráter, da identidade, das crenças e valores individuais e coletivos, fatos a partir dos quais se entendia, durante o Estado Novo, que:

Era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; era necessário ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se construía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas; era preciso, finalmente, impedir que a nacionalização, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos, de outras culturas, outras ideologias e nações. Como sempre, estas ações do Ministério da Educação não se dariam no vazio [...] (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 97).

Nas escolas, para além do controle sobre a ação dos professores, passaram a ser realizados atos cívicos como hasteamento da bandeira nacional e o canto do Hino Nacional, além de palestras e organização de eventos cívicos, como afirmam Hobsbawn e Ranger (1977, p. 19): “a Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais que são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania”. Além disso, para que esse processo de aculturação ocorresse, desde o começo da década de 1930, o governo de Santa Catarina

Incentivou a criação de associações auxiliares às escolas, entre as quais salienta-se a Liga Pró-Língua Nacional, que junto com outras associações auxiliares como o Circulo de Pais e Professores, a Liga da Bondade, entre outros, tinha como objetivo contribuir no processo de abasileiramento da população a partir do estreitamento das relações entre escola, família e outras instituições escolares (ROSSATO, 2014, p. 120).

Ainda sobre a criação de instituições auxiliares do processo compulsório de nacionalização, Rossato (2014) ressalta que a Liga Pró-Língua Nacional tinha como objetivo a unificação da língua, ou seja, o aglutinamento das pessoas em torno de uma única língua, a ‘nacional’ (Língua Portuguesa), e, a partir disso, contribuir para desenvolver o sentimento de

pertencimento à nação brasileira, principalmente em detrimento do uso corrente da língua de origem dos imigrantes, afinal, haveria, por acaso, outro símbolo cultural mais poderoso do que a língua?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas (1937-1945) buscou, a partir do enrijecimento das leis, formar uma unidade nacional harmônica. Para tanto, procurou-se eliminar todas as características (culturais, lingüísticas) que não se enquadravam no ideal nacionalista idealizado. Esta nacionalização pretendida atingir a população de imigrantes e seus descendentes (alemães, italianos, poloneses, entre outros), que procuravam manter seu idioma, sua cultura, em detrimento ao elemento nacional ‘brasileiro’. Assim sendo, todas as regiões habitadas por descendentes de alemães foram reconhecidas como um dos alvos da campanha, entretanto, municípios como o de Blumenau (objeto do presente estudo) foram mais duramente atingidos, porque eram vistos como ‘colônias’ isoladas.

A defesa da identidade teuto-brasileira nos costumes, na religião, aliada a uma suposta prosperidade da nação alemã, servia de alicerce a estes habitantes para apoiar a ideia de um duplo pertencimento. A participação de intelectuais ligados à cultura, à elite política e econômica, que ajudavam a disseminar uma série de ideias segregacionistas, acabou por gerar perante o governo nacional, uma série de acusações contra toda uma população.

Tal situação/contexto tornava, na época, justificável a intervenção ostensiva do Estado, no sentido de combater ideais relacionados à cultura e identidade que iam contra a ideia de ‘nação’ brasileira, ou seja, tal intervenção fez-se ‘necessária’ para combater o sentimento de germanidade (*Deutschtum*) nutrido pela população instalada em Blumenau.

A Campanha de Nacionalização acabou tendo êxito, provocando o fechamento de muitas das associações, nas quais havia a difusão da cultura alemã. Utilizando-se da estratégia de “nacionalizar pela educação”, a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e proibição da língua alemã nas escolas, atingiu diretamente as crianças e jovens, obrigando-as a forjar uma nova identidade cultural ‘brasileira, embora muitas ainda utilizassem o idioma alemão nas atividades informais, principalmente, em seus lares.

Permanecem, no entanto, até a atualidade, os resquícios dessa cultura, que nenhuma campanha de nacionalização conseguiu ‘exterminar’. Ainda é possível ouvir dialetos e

expressões, mas raramente ocorre um diálogo inteiro na língua alemã. Além disso, alguns poucos ainda realizam leituras em língua alemã, mas a maioria das pessoas, mesmo que descendente dos imigrantes alemães, escreve apenas em língua portuguesa. Por outro lado, a inclusão, das atuais “políticas linguísticas” buscam alterar essa situação na medida em que reinserem a língua alemã (além do inglês) como segunda língua nas escolas de educação básica no município de Blumenau e buscam valorizar o patrimônio cultural imaterial do município.

Os assuntos abordados neste trabalho não foram esgotados, sendo a temática poderá permitir discussões bastante amplas, seja na área de História, Educação ou Linguística, entre outras possibilidades. Entretanto, se pode concluir, mesmo que provisoriamente, que a campanha nacionalizadora empreendida pelo Estado fora bem-sucedida. Embora algumas instituições retomaram as suas atividades, a cultura na região de Blumenau se forjou sob a égide de uma ‘aparente ‘brasilidade, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Opta-se pela expressão ‘aparente brasilidade’, pois de modo bastante sutil a população, seja nas ações cotidianas ou pela ação intencional de algumas instituições, tentou preservar alguns dos legados deixados pelos primeiros imigrantes. De certa forma, a cultura trazida pelos imigrantes permaneceu viva, apesar das práticas de silenciamento e da violência simbólica e física dos projetos nacionalizantes.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia.** Texto para discussão. jul. 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2663/TD%20191%20-%20Lui%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **História da Câmara.** Disponível em: <<http://www.camarablu.sc.gov.br/historia/>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil.** Campinas: Unicamp, 2006.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da Univali, 2004.

FROTSCHER, Méri. **Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau.** Blumenau: Edifurb, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOCH, Walter. A escola evangélica teuto-brasileira. In.: **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres.** Florianópolis: Editora da UFSC/Tubarão: Editora Unisul, 2003.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **Poiesis**, Tubarão, v. 3, n. 05, p. 71-84, jan/jun 2010. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/527/527>>. Acesso em: 14 out. 2018.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **O português na Escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática – Ensinávamos e aprendíamos a língua do Brasil.** Itajaí: Univalli; Blumenau: Furb, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PROBST, Melissa. A “escola alemã” e a identidade étnica e cultural do imigrante no sul do Brasil. **Querubim**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 3, n. 28, p. 25-31, jan./abr. 2016. pp.178-197. Disponível em: <http://www.revistaquerubim.uff.br/images/arquivos/zzzquerubim_28_v_3.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

RENK, Valquíria Elita; CRUZ, Fabio Henrique Oliveira da. A escola menonita de Curitiba: manutenção da identidade étnica e religião. **Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul**, v. 19, n. 2, p. 178-197, maio./ago. 2014. pp.178-197. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/2374/pdf_250>. Acesso em: 03 jan. 2017.

ROSSATO, Luciana. Formar a alma da criança brasileira: as escolas nas áreas de colonização em Santa Catarina (décadas de 1930 e 1940). In.: SILVA, Cristiani Bereta da (org.). **Educar para a nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940.** Curitiba: Editora CRV, 2014. pp. 111-124.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra/Editora FGV, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo do desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In.: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999. pp. 273-314.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. p. 21-62. In.: FIORI, Neide Almeida (org.). **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora da UFSC/Tubarão: Editora Unisul, 2003. pp. 21-62.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão da imigração cultural. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 26, n. 77, out. 2011. pp. 47-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

WIEDERKEHR, Alessandra Helena. **A gênese da escola alemã no sul do Brasil**. Florianópolis: Insular, 2014.

WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da cultura. In: GOMES, Angela de Castro Gomes (org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. pp. 251-269.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.